

PROJETO DE LEI N.º , DE 2007.
(Do Sr. Rogério Lisboa)

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995 que "dispõe sobre a isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar, e dá outras providências" e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A ementa da Lei n.º 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre a isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar, e dá outras providências"

Art. 2º Insira-se o seguinte §7º ao art. 1º da Lei 8.989, de 24 de fevereiro de 1995.

“§7º Ficam também isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, os automóveis constantes da tabela TIPI 87.02, que se destinem, exclusivamente, ao transporte escolar.”

JUSTIFICAÇÃO

O transporte escolar é de fundamental valor para o fomento da educação no país e instrumento vital para o afastamento da evasão escolar.

Muito embora haja algum investimento estatal para a aquisição desses veículos, não se pode esquecer que particulares também podem adquirir os mesmos para o transporte escolar e, já que estes também têm como finalidade explícita o melhoramento da qualidade de ensino dos alunos, também julgo ser necessário o aproveitamento das condições benéficas aos particulares.

Vale mencionar que a Lei 8.989/95 trazia, em sua redação original, a possibilidade de isenção para os automóveis que fizessem o transporte escolar. Este artigo, porém, foi vetado pelo então Presidente Collor.

A justificativa apresentada nas razões de seu veto resumem-se a dizer que o termo outrora utilizado (na lei original a expressão que constava era “veículos”) era abrangente, aplicando-se a todo e qualquer automóvel.

A proposição ora apresentada sana esse vício e estabelece que somente o automóvel destinado ao transporte escolar é que terá o supracitado benefício fiscal.

Com o objetivo de permitir maior controle na aquisição de tais veículos, inclui-se o código específico que estes possuem na tabela TIPI.

Não há dúvida da importância do Projeto em tela, já que a isenção do IPI irá beneficiar a aquisição dos referidos veículos, minimizando os já tão comuns relatos de transporte escolar em veículos que não reúnem as mínimas condições de segurança.

BRASÍLIA, DE DE 2007.

DEPUTADO ROGÉRIO LISBOA
PFL/RJ